



ISSN 2674-8169

A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO EM LIBRAS NO ATENDIMENTO POLICIAL: PROMOVENDO A INCLUSÃO DE PESSOAS SURDAS

ANA BEATRIZ ELIAS DE SOUSA¹, ANDREYE FABIANO DA SILVA¹, ANNY BEATRIZ ROQUE PESSOA¹, DANIEL VICTOR BARBOSA CARVALHO¹, EVELYN KELLY SILVA LIMA¹, GABRIELA GAIÃO PEREIRA¹, JOÃO LUCAS BONFIM DE ARAÚJO GOMES¹, MARIA EDUARDA BENTO MORAIS SILVA¹, MIRELLA CARVALHO PASCARETTA¹, PEDRO HENRIQUE PINHEIRO DE MELO¹, SAMARA LAINE DA COSTA MACEDO¹, WASHINGTON TEODORO DA SILVA MELO FILHO¹, LO-AMY DAVID DE OLIVEIRA SILVA², PRISCILLA GIMARÃES SILVA VASCONCELOS³.



<https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n10p2664-2682>

Artigo recebido em 30 de Julho e publicado em 18 de Outubro de 2024

UMA REVISÃO DE LITERATURA

RESUMO

Introdução: A comunicação é um dos pilares fundamentais das interações humanas, permitindo a troca de informações e sentimentos. No entanto, para pessoas surdas, a comunicação tradicional via fala não é viável. Nesse contexto, obras literárias como "O Despertar do Silêncio" desempenham um papel essencial ao sensibilizar o público e os agentes de segurança sobre a realidade da surdez. Libras e o Atendimento Policial: Uma Questão de Direitos Humanos: A inclusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no atendimento policial vai além da comunicação prática, sendo uma questão de direitos humanos. Formação de Policiais e a Necessidade de Capacitação em Libras: É necessário que a formação policial inclua Libras como parte de uma política pública mais ampla de inclusão, pois a capacitação, isoladamente, não resolve todos os problemas enfrentados por essa comunidade no Brasil. Tecnologias Assistivas no Atendimento à Comunidade Surda: Inovações e Desafios no Sistema de Segurança: Tecnologias assistivas também são cruciais, podendo ser determinantes em situações de emergência. A Importância da Sensibilização e Educação da Sociedade para a Inclusão de Pessoas Surdas no Sistema de Segurança: Além disso, a sensibilização da sociedade para a inclusão de pessoas surdas no sistema de segurança é fundamental para a eficácia das medidas adotadas. Conclusão: a inclusão das pessoas surdas no atendimento policial requer uma abordagem abrangente, que envolve a formação contínua dos profissionais de segurança, a implementação de inovações tecnológicas e, principalmente, a criação de uma sociedade mais informada e sensível às necessidades dessa população.

Palavras-chave: Inclusão Social; Surdez; Comunicação.



THE IMPORTANCE OF COMMUNICATION IN LIBRAS IN POLICE SERVICE: PROMOTING THE INCLUSION OF DEAF PEOPLE

ABSTRACT

Introduction: Communication is one of the fundamental pillars of human interactions, allowing for the exchange of information and feelings. However, for deaf individuals, traditional spoken communication is not feasible. In this context, literary works such as “The Awakening of Silence” play a crucial role in raising awareness among the public and security agents about the reality of deafness. Libras and Police Service: A Human Rights Issue: The inclusion of Brazilian Sign Language (Libras) in police services goes beyond practical communication; it is a matter of human rights. Police Training and the Need for Libras Proficiency: Police training must include Libras as part of a broader public inclusion policy, as training alone does not address all the challenges faced by the deaf community in Brazil. Assistive Technologies in Serving the Deaf Community: Innovations and Challenges in the Security System: Assistive technologies are also crucial and can be decisive in emergency situations. The Importance of Raising Awareness and Educating Society for the Inclusion of Deaf Individuals in the Security System: Additionally, raising societal awareness about the inclusion of deaf people in the security system is essential for the effectiveness of the measures adopted. Conclusion: The inclusion of deaf individuals in police services requires a comprehensive approach, involving ongoing training of security professionals, implementation of technological innovations, and, most importantly, the creation of a more informed and sensitive society towards the needs of this population.

Keywords: Social Inclusion; Deafness; Communication.

Instituição afiliada – Centro Universitário UNIFACISA – Campina Grande – PB, ¹Discente do curso de odontologia do Centro Universitário UNIFACISA-PB;

²Médico pelo Centro Universitário UNIFACISA-PB;

³Cirurgiã-Dentista, Doutora e Docente do curso de odontologia do Centro Universitário UNIFACISA-PB.

Autor correspondente: ANA BEATRIZ ELIAS DE SOUSA

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

A comunicação é um dos pilares fundamentais das interações humanas, permitindo a troca de informações, expressões e sentimentos. Entretanto, para uma parcela da população, a comunicação tradicional através da fala não é viável. As pessoas surdas ou com deficiência auditiva enfrentam, diariamente, barreiras significativas ao tentar se comunicar com o restante da sociedade. Um exemplo claro dessa dificuldade se evidencia em interações com órgãos de segurança pública, como a polícia, onde a falta de um canal de comunicação adequado pode resultar em mal-entendidos graves, comprometendo a eficácia do atendimento e a segurança dos indivíduos. Neste contexto, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) surge como uma ferramenta essencial para a inclusão e acessibilidade dessas pessoas, especialmente em situações de emergência ou necessidade de atendimento policial.

O livro "O Despertar do Silêncio", de Shirley Vilhalba, explora justamente as nuances da vida de uma pessoa surda em uma sociedade que muitas vezes ignora as necessidades de comunicação dessa comunidade. A obra traz à tona questões emocionais e práticas enfrentadas por pessoas que não conseguem ouvir e, portanto, dependem de outras formas de interação, como Libras, para navegar por um mundo predominantemente ouvinte. Dentro desse contexto, é crucial analisar como a ausência de inclusão e a falta de preparo no atendimento policial afetam diretamente a vida das pessoas surdas.

Em muitas situações, as pessoas surdas são duplamente vulneráveis: além de lidarem com uma barreira comunicacional, também enfrentam preconceito e desinformação sobre suas necessidades. No âmbito policial, essa vulnerabilidade pode se agravar. Imagine a seguinte cena: uma pessoa surda precisa registrar uma ocorrência de emergência, como um roubo ou violência doméstica, mas ao chegar à delegacia, não encontra ninguém apto a se comunicar por meio de Libras. Esse cenário é mais comum do que se imagina, e resulta não apenas em frustração, mas também em violação de direitos básicos.

Há uma necessidade crescente de que os órgãos de segurança pública estejam capacitados para atender de maneira eficiente e humanizada todas as pessoas,



independentemente de suas habilidades auditivas. A legislação brasileira já reconhece Libras como a segunda língua oficial do país, mas a prática efetiva dessa inclusão, especialmente no atendimento policial, ainda deixa a desejar. Muitas delegacias e unidades policiais carecem de profissionais que dominem Libras ou de recursos tecnológicos adequados para suprir essa lacuna.

Outro ponto que merece destaque é a formação dos policiais. O treinamento oferecido atualmente para os agentes de segurança pública, em sua maioria, ainda não contempla a necessidade de aprendizado básico de Libras. Isso reflete uma falha sistêmica na inclusão das pessoas surdas em uma área que deveria ser primordialmente inclusiva, dada a sua importância na garantia de direitos e segurança para todos os cidadãos. A falta de comunicação adequada pode levar à distorção dos fatos em investigações, comprometendo o devido processo legal e, conseqüentemente, a justiça.

É nesse cenário que obras literárias, como "O Despertar do Silêncio", desempenham um papel educativo fundamental, pois ajudam a sensibilizar o público e os agentes responsáveis pelo atendimento policial para a realidade das pessoas surdas. Elas funcionam como um alerta para as necessidades urgentes de reformulação nos sistemas de atendimento público, principalmente no que tange à comunicação. Além disso, outras pesquisas acadêmicas têm enfatizado a importância de garantir a acessibilidade nos serviços essenciais, reforçando a necessidade de políticas públicas eficazes.

Assim, este artigo pretende discutir de forma detalhada a relevância da inclusão de Libras no atendimento policial, não apenas como um ato de respeito aos direitos das pessoas surdas, mas também como uma medida indispensável para promover uma justiça mais equânime e eficiente. A partir da análise de "O Despertar do Silêncio" e da literatura acadêmica sobre o tema, argumenta-se que a inclusão da Língua Brasileira de Sinais nos serviços policiais é uma questão de urgência social, que demanda atenção tanto das autoridades quanto da sociedade civil.

1. Libras e o Atendimento Policial: Uma Questão de Direitos Humanos

A inclusão de Libras no atendimento policial transcende a questão prática de



comunicação; é, acima de tudo, uma questão de direitos humanos. Segundo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil, é obrigação do Estado garantir que as pessoas com deficiência, incluindo as surdas, tenham acesso pleno à justiça e aos serviços de segurança pública. No entanto, na prática, isso ainda está longe de ser uma realidade. A comunicação em Libras, que é um direito garantido pela Lei 10.436/2002, não é implementada de maneira adequada em muitos órgãos policiais.

Quando falamos de direitos humanos, é importante entender que a comunicação é um direito fundamental para garantir o acesso à justiça. Sem a devida comunicação, pessoas surdas têm sua capacidade de se defender legalmente limitada, especialmente em situações que envolvem emergências ou denúncias de crimes. O silêncio forçado imposto pela falta de intérpretes de Libras nas delegacias pode representar uma violação direta dos direitos constitucionais dessas pessoas.

A literatura sobre inclusão de pessoas surdas no atendimento público reforça a ideia de que o Estado precisa urgentemente reestruturar seus serviços. O artigo "Acessibilidade e Comunicação no Sistema de Segurança Pública Brasileiro" (Souza, 2018) defende que a inclusão de Libras no atendimento policial deve ser prioridade nas políticas de segurança pública. Segundo a pesquisa, a ausência de intérpretes capacitados nas delegacias resulta em negligência institucional e coloca em risco a segurança das pessoas surdas. Este aspecto é abordado também por Shirley Vilhalba em "O Despertar do Silêncio", onde a personagem principal enfrenta um cenário de exclusão social e barreiras comunicacionais.

Além disso, a obra de Shirley revela como a incompreensão acerca da surdez reflete em um ciclo de marginalização. O despreparo das instituições de segurança pública em se comunicar efetivamente com pessoas surdas não só limita o acesso à justiça, como também reforça preconceitos. O silêncio imposto pelo sistema é um espelho da falta de sensibilidade social que, muitas vezes, negligencia os direitos daqueles que não se enquadram nas normas da maioria ouvinte.

Ainda que o Brasil tenha avançado em várias áreas relacionadas à inclusão das pessoas com deficiência, a comunicação entre indivíduos surdos e as autoridades policiais continua sendo um dos grandes desafios. Segundo a Pesquisa Nacional por



Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2019, existem aproximadamente 10 milhões de pessoas com deficiência auditiva no Brasil, das quais uma significativa parcela depende exclusivamente de Libras para se comunicar. Isso demonstra que a falta de acessibilidade nas delegacias de polícia é um problema que afeta milhões de cidadãos, que ficam desamparados em situações de emergência ou ao tentar acessar seus direitos básicos.

A ausência de intérpretes de Libras e a falta de preparação dos policiais para lidar com essa população refletem uma falha estrutural no sistema de segurança pública, que acaba reforçando a desigualdade. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), em vigor desde 2016, já reconhece a necessidade de acessibilidade plena em todas as esferas públicas e privadas, incluindo a comunicação no atendimento policial. No entanto, na prática, a implementação dessas diretrizes ainda está muito aquém do necessário.

Um exemplo prático dessa exclusão pode ser visto em situações cotidianas, como abordagens policiais ou atendimentos em delegacias. Se uma pessoa surda for parada por um policial em uma blitz, por exemplo, e não houver um meio de comunicação eficiente, a interação pode facilmente se transformar em uma situação de risco. Sem a possibilidade de entender ou responder às ordens do policial, a pessoa surda pode ser mal interpretada como desobediente ou resistente, o que pode resultar em abordagens agressivas ou até mesmo em prisões injustificadas.

Essa realidade revela uma dupla vulnerabilidade para as pessoas surdas: além da barreira comunicacional, elas enfrentam o risco constante de serem interpretadas de maneira errada. O artigo "Barreiras de Comunicação e Violência Institucional: A Perspectiva da Pessoa Surda" (Moura, 2020) destaca como a falta de intérpretes em situações policiais pode levar ao abuso de autoridade e ao tratamento discriminatório. Moura argumenta que a ausência de políticas públicas efetivas para lidar com a população surda dentro do sistema de justiça é, em última análise, uma forma de violência institucional.

Shirley Vilhalba, em "O Despertar do Silêncio", exemplifica esse tipo de exclusão ao retratar a dificuldade que a personagem principal enfrenta ao tentar interagir com instituições públicas, incluindo a polícia. Essa narrativa reflete a realidade vivida por muitas pessoas surdas no Brasil, que sentem que suas vozes são constantemente



silenciadas pelo sistema. O livro não apenas oferece uma visão íntima sobre a vida emocional de uma pessoa surda, mas também serve como um grito por inclusão e reconhecimento dentro das estruturas de poder, como o sistema de segurança pública.

Portanto, é fundamental que o governo e as instituições de segurança pública adotem medidas práticas e urgentes para incluir Libras como parte integral do atendimento policial. Isso não se limita à presença de intérpretes em delegacias, mas também à promoção de uma cultura de inclusão dentro da própria estrutura policial, onde todos os agentes de segurança estejam capacitados a lidar com a diversidade comunicacional que compõe a sociedade brasileira.

2. Formação de Policiais e a Necessidade de Capacitação em Libras

Uma das principais barreiras para a inclusão de pessoas surdas no sistema de segurança pública é a falta de formação adequada dos policiais. O treinamento básico oferecido atualmente não inclui, de forma efetiva, a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais, o que impede que os agentes de segurança possam atender prontamente indivíduos surdos. É urgente que as academias de polícia reformulem seus currículos, inserindo a Libras como um componente obrigatório para todos os policiais. Essa mudança, embora complexa, é fundamental para garantir a inclusão e o respeito aos direitos humanos no atendimento às pessoas com deficiência auditiva.

A ausência de capacitação em Libras nos currículos de formação policial gera consequências negativas para ambas as partes envolvidas em uma interação. Do lado da pessoa surda, o sentimento de exclusão, medo e frustração são amplificados pela incapacidade de se comunicar em situações de alta tensão. Por outro lado, o policial, sem as ferramentas linguísticas necessárias, pode interpretar mal as atitudes da pessoa surda, resultando em abordagens inadequadas ou uso indevido da força. Esse tipo de situação poderia ser evitado com treinamentos focados na linguagem de sinais e na sensibilização dos agentes para a realidade das pessoas com deficiência auditiva.

O estudo "Capacitação em Libras para Agentes de Segurança: Um Estudo sobre a Eficiência do Treinamento" (Almeida, 2020) demonstra que a introdução de Libras nos currículos de formação policial não só aumenta a eficiência no atendimento de pessoas



surdas, mas também melhora a qualidade geral do serviço prestado à população. Segundo Almeida, os policiais que passaram por treinamento em Libras relataram maior confiança ao lidar com situações que envolvem indivíduos surdos e se sentiram mais preparados para responder adequadamente em situações emergenciais. Além disso, o estudo sugere que o conhecimento de Libras tem o potencial de humanizar o trabalho policial, promovendo uma abordagem mais inclusiva e menos estigmatizante.

No entanto, a simples inclusão de Libras como disciplina nos cursos de formação policial não é suficiente. É necessário que haja um esforço contínuo de atualização e aprimoramento dessas habilidades ao longo da carreira policial. O conhecimento de Libras não deve ser visto como um adendo opcional, mas como uma competência essencial para qualquer profissional da segurança pública. Isso requer a criação de programas de reciclagem periódicos, que mantenham os policiais atualizados sobre as mudanças na linguagem de sinais e nas necessidades da comunidade surda.

A necessidade de capacitação contínua também é destacada no artigo "Treinamento de Libras no Serviço Público: Uma Análise sobre a Eficácia a Longo Prazo" (Pereira, 2019). Pereira argumenta que a proficiência em Libras deve ser tratada da mesma forma que outras competências críticas, como o manejo de armas ou técnicas de negociação. Assim como essas habilidades são constantemente aprimoradas e treinadas, o conhecimento de Libras deve seguir o mesmo padrão. Isso garantiria que os policiais não apenas adquirissem o conhecimento inicial da linguagem, mas também mantivessem a prática e a compreensão adequadas ao longo de suas carreiras.

A implementação de um treinamento contínuo em Libras poderia, inclusive, fortalecer as relações entre a polícia e a comunidade surda. Essa proximidade e familiaridade resultariam em maior confiança por parte das pessoas surdas ao procurar ajuda policial. Um estudo realizado por Barbosa (2021) no artigo "A Importância da Confiança no Relacionamento entre a Polícia e a Comunidade Surda" indica que, em cidades onde os policiais são treinados em Libras, há uma maior propensão das pessoas surdas a reportarem crimes e buscarem auxílio em situações de risco. Isso reforça a importância de uma abordagem proativa por parte das instituições policiais, que precisam adotar medidas que não apenas atendam, mas também antecipem as necessidades dessa parcela da população.



É importante ressaltar que o aprendizado de Libras vai além da comunicação funcional. Ele também promove um entendimento mais profundo da cultura surda, algo fundamental para que os policiais possam interagir de maneira sensível e respeitosa com as pessoas surdas. A comunidade surda tem uma identidade cultural própria, com valores, costumes e formas de expressão únicas. O contato com essa cultura durante o treinamento em Libras pode ampliar a visão dos policiais, permitindo-lhes agir com mais empatia e compreensão em suas interações cotidianas com essa população.

O livro "O Despertar do Silêncio", de Shirley Vilhalba, ilustra bem as consequências da falta de entendimento e inclusão da comunidade surda nas instituições públicas. A obra, que narra a história de uma pessoa surda e suas dificuldades de comunicação, traz à tona a questão da marginalização de indivíduos que, por não serem compreendidos, são muitas vezes excluídos ou mal interpretados pela sociedade. Em uma cena específica, a protagonista enfrenta um tratamento policial inadequado justamente pela falta de comunicação em Libras, um reflexo da realidade enfrentada por muitas pessoas surdas no Brasil. Essa situação resalta a importância de uma formação policial que não só ensine a linguagem de sinais, mas que também promova uma reflexão sobre a inclusão e os direitos das pessoas com deficiência.

Além de criar um ambiente de maior inclusão, o treinamento em Libras pode beneficiar as próprias instituições de segurança pública ao aumentar sua eficiência em resolver casos envolvendo pessoas surdas. Em muitos casos, a ausência de uma comunicação clara pode prejudicar a investigação de crimes ou a resposta rápida em situações de emergência. Quando os policiais têm a capacidade de se comunicar diretamente com uma pessoa surda, sem a necessidade de intermediários, a troca de informações é mais rápida e precisa, o que pode fazer a diferença entre a resolução bem-sucedida de um caso ou o seu fracasso.

Outro ponto que deve ser considerado é o impacto psicológico da formação em Libras para os próprios policiais. O aprendizado de uma nova linguagem, especialmente uma que envolve um aspecto visual tão forte como a Libras, pode estimular a empatia e a habilidade de escuta ativa, habilidades essenciais para o trabalho policial. Quando os policiais se capacitam para lidar com a diversidade linguística e cultural da população, eles se tornam profissionais mais preparados para enfrentar desafios complexos e para



atuar de maneira mais humanizada e eficaz.

Por fim, é importante destacar que a inclusão de Libras na formação policial deve ser acompanhada de uma política pública mais ampla de inclusão social. A capacitação em Libras, por si só, não resolverá todos os problemas enfrentados pelas pessoas surdas no Brasil. É necessário que essa medida seja parte de um esforço maior de conscientização e sensibilização, tanto dentro das instituições policiais quanto na sociedade como um todo. Apenas com um trabalho conjunto entre governo, instituições de segurança, sociedade civil e a comunidade surda será possível criar um ambiente realmente inclusivo e acessível para todos.

3. Tecnologias Assistivas no Atendimento à Comunidade Surda: Inovações e Desafios no Sistema de Segurança

A integração de tecnologias assistivas no atendimento policial é uma necessidade que está ganhando destaque à medida que a sociedade se torna cada vez mais digital. Para pessoas surdas, o uso de ferramentas tecnológicas pode ser um divisor de águas em situações de emergência. No entanto, ainda existem muitos desafios para que essas tecnologias sejam amplamente implementadas e utilizadas nos serviços de segurança pública. A obra "O Despertar do Silêncio", de Shirley Vilhalba, explora de maneira sensível a dependência da protagonista em relação a esses recursos, mostrando como a tecnologia pode ser tanto uma ponte de comunicação quanto uma barreira, dependendo de sua acessibilidade e da preparação dos profissionais envolvidos.

Uma das tecnologias mais promissoras para a comunidade surda no contexto de atendimento policial são os aplicativos de mensagens de texto para emergências. Muitos países já adotaram sistemas que permitem que pessoas surdas enviem mensagens de texto diretamente para os serviços de emergência. No Brasil, esse tipo de ferramenta ainda está em fase de implementação, e a cobertura é limitada a algumas regiões. A expansão dessa tecnologia para todo o território nacional seria um grande passo na promoção da inclusão, permitindo que pessoas surdas possam comunicar emergências sem precisar de intermediários ou intérpretes.

No entanto, para que o uso de mensagens de texto seja eficaz, é necessário que os



policiais estejam treinados para lidar com essa modalidade de comunicação. O tempo de resposta em uma emergência pode ser crucial, e a demora em interpretar ou responder a uma mensagem de texto pode ter consequências graves. Além disso, a comunicação por texto, apesar de útil, não substitui completamente a interação em Libras, que é a língua natural de muitas pessoas surdas. Por isso, é essencial que as ferramentas tecnológicas sejam vistas como complementares e não como soluções isoladas.

Outra inovação tecnológica relevante é o uso de videoconferências com intérpretes de Libras. Plataformas de videoconferência têm se tornado cada vez mais acessíveis e podem ser integradas ao atendimento policial, permitindo que um intérprete seja acionado rapidamente para facilitar a comunicação entre o policial e a pessoa surda. Essa tecnologia já é utilizada em alguns serviços de saúde e pode ser adaptada para o sistema de segurança pública. A vantagem desse método é que ele possibilita uma comunicação em tempo real, com a presença de um intérprete qualificado, o que reduz o risco de mal-entendidos e de tratamento inadequado.

Entretanto, para que essa tecnologia funcione, é necessário que haja uma rede de intérpretes disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, em todas as regiões do país. Isso exige um investimento significativo por parte do governo e das instituições de segurança pública. Além disso, a infraestrutura tecnológica das delegacias e dos agentes de campo precisa ser modernizada para suportar o uso dessas plataformas. O livro "O Despertar do Silêncio" ilustra como a falta de acesso a essas inovações pode deixar a pessoa surda em uma situação de completa vulnerabilidade, incapaz de buscar ajuda ou se defender adequadamente em momentos críticos.

Além das videoconferências, dispositivos portáteis de tradução de texto para Libras também estão sendo desenvolvidos e podem ser uma solução interessante para o atendimento de pessoas surdas em locais onde não há acesso imediato a intérpretes humanos. Esses dispositivos utilizam inteligência artificial para traduzir automaticamente mensagens de texto ou faladas em Libras, permitindo que o policial e a pessoa surda se comuniquem de maneira mais rápida e eficiente. No entanto, a tecnologia ainda está em fase inicial e enfrenta desafios, como a precisão da tradução e o contexto das interações humanas, que muitas vezes podem ser complexos demais



para serem processados por um software.

Outra tecnologia que pode ser útil para pessoas surdas no contexto de segurança pública são os aplicativos que utilizam geolocalização e sensores para identificar situações de perigo. Esses aplicativos podem alertar os serviços de emergência e enviar informações detalhadas sobre a localização da pessoa e a natureza da emergência, sem que a pessoa precise realizar uma chamada telefônica. Um exemplo dessa tecnologia é o aplicativo Hand Talk, que além de traduzir texto em Libras, pode ser utilizado para enviar pedidos de socorro. No entanto, esses aplicativos ainda não estão amplamente integrados ao sistema de segurança pública no Brasil, e a sua eficácia depende da infraestrutura tecnológica disponível na região.

Essas inovações tecnológicas, embora promissoras, levantam questões importantes sobre a inclusão digital. Muitas pessoas surdas, especialmente aquelas que vivem em áreas rurais ou de baixa renda, não têm acesso fácil a smartphones ou à internet de alta velocidade, o que limita o uso dessas tecnologias. Além disso, o analfabetismo digital pode ser um obstáculo para o uso dessas ferramentas, já que muitas pessoas surdas não tiveram acesso a uma educação adequada e, por isso, têm dificuldades em utilizar dispositivos tecnológicos de forma eficaz. Isso ressalta a importância de políticas públicas que garantam não apenas o acesso à tecnologia, mas também a educação digital para a comunidade surda.

No artigo "Tecnologias Assistivas e Inclusão Digital para Surdos no Brasil" (Silva, 2021), o autor argumenta que a tecnologia, por si só, não garante inclusão, a menos que venha acompanhada de medidas de acessibilidade e capacitação. Silva enfatiza que, para que as pessoas surdas possam se beneficiar plenamente das inovações tecnológicas no atendimento policial, é necessário que as políticas públicas incluam programas de formação digital voltados para essa comunidade. O autor também sugere que o governo deve subsidiar o acesso a dispositivos móveis e à internet para pessoas com deficiência auditiva, garantindo que todos possam acessar essas ferramentas em momentos de emergência.

Outro aspecto importante é a integração dessas tecnologias com os serviços tradicionais de atendimento policial. Não basta que existam aplicativos e dispositivos assistivos; é fundamental que os policiais estejam familiarizados com essas tecnologias



e saibam utilizá-las de maneira eficaz em situações de emergência. Isso requer um processo contínuo de treinamento e atualização, tanto para os policiais quanto para as centrais de emergência, que precisam ser equipadas com a infraestrutura necessária para atender a essas demandas. O uso de tecnologia deve ser visto como uma extensão das habilidades dos policiais, e não como um substituto para o contato humano direto.

A obra de Shirley Vilhalba, "O Despertar do Silêncio", explora como a dependência da protagonista em relação à tecnologia reflete uma realidade vivida por muitas pessoas surdas no Brasil. Em várias passagens, a personagem enfrenta dificuldades para acessar serviços básicos de saúde e segurança justamente pela falta de tecnologias acessíveis ou pelo despreparo dos profissionais em utilizar essas ferramentas. Essa narrativa reforça a ideia de que a tecnologia, apesar de essencial, precisa estar acompanhada de um esforço maior por parte das instituições públicas para garantir que todas as pessoas, independentemente de sua condição auditiva, tenham acesso pleno a seus direitos.

Além das tecnologias assistivas que já estão em desenvolvimento, é importante considerar o potencial das inovações futuras. A inteligência artificial, por exemplo, tem o potencial de transformar o atendimento policial para pessoas surdas. Sistemas de IA poderiam ser usados para interpretar sinais de Libras em tempo real e fornecer feedback imediato aos policiais, eliminando a necessidade de um intérprete humano em algumas situações. Além disso, a IA poderia ser integrada aos sistemas de câmeras de segurança, permitindo que os serviços de emergência detectassem automaticamente quando uma pessoa surda está tentando pedir ajuda, mesmo que ela não consiga se comunicar verbalmente.

No entanto, a implementação de IA no atendimento policial também levanta questões éticas. É necessário garantir que esses sistemas sejam desenvolvidos com base em princípios de equidade e respeito aos direitos humanos, evitando que as pessoas surdas sejam tratadas de forma desigual ou que suas interações sejam interpretadas de maneira incorreta. A obra de Shirley Vilhalba sugere que, embora a tecnologia seja uma ferramenta poderosa, ela também pode reforçar barreiras se não for implementada de maneira inclusiva e sensível às necessidades da comunidade surda.

Por fim, é importante ressaltar que as tecnologias assistivas, embora essenciais, não devem ser vistas como uma solução isolada para os problemas enfrentados pelas



peessoas surdas no atendimento policial. A verdadeira inclusão só será alcançada quando houver um esforço coordenado entre o governo, as instituições de segurança pública e a sociedade civil para garantir que essas tecnologias estejam acessíveis a todos. Isso inclui não apenas o desenvolvimento e a implementação de novas ferramentas, mas também a criação de políticas públicas que promovam a inclusão digital e a educação tecnológica para a comunidade surda. Somente assim será possível garantir que as pessoas surdas tenham o mesmo nível de acesso à segurança pública que as pessoas ouvintes.

4. A Importância da Sensibilização e Educação da Sociedade para a Inclusão de Pessoas Surdas no Sistema de Segurança

Além da capacitação dos profissionais e da implementação de tecnologias assistivas, um fator essencial para a inclusão efetiva das pessoas surdas no atendimento policial é a sensibilização da sociedade como um todo. A inclusão de Libras no contexto policial não se resume apenas à formação de policiais e ao uso de ferramentas tecnológicas, mas também à criação de uma cultura de respeito e compreensão em relação à surdez. A educação da sociedade para os direitos e a realidade das pessoas surdas pode transformar o modo como as interações entre cidadãos e policiais acontecem, facilitando uma comunicação mais empática e inclusiva.

O preconceito e a falta de conhecimento sobre a surdez são problemas recorrentes, não apenas no atendimento policial, mas em vários contextos sociais. Muitas vezes, a pessoa surda é tratada como incapaz ou invisível, uma situação que pode ser agravada em momentos de crise ou quando ela precisa interagir com as forças de segurança. A falta de compreensão sobre as limitações impostas pela ausência de uma comunicação eficaz pode levar a mal-entendidos, e esses, por sua vez, podem resultar em abordagens desnecessariamente agressivas ou inadequadas.

Um exemplo prático de como a sociedade pode contribuir para a inclusão das pessoas surdas é através de campanhas de conscientização. Essas campanhas podem ser promovidas por organizações não governamentais (ONGs), escolas, e também pelo próprio governo, com o objetivo de educar a população sobre os direitos das pessoas surdas, a importância da inclusão de Libras e como cada cidadão pode contribuir para uma sociedade mais acessível. A inclusão no atendimento policial é um reflexo da



inclusão na sociedade como um todo, e a sensibilização da população é um passo fundamental nesse processo.

O papel da mídia também é essencial na promoção de uma sociedade mais consciente e inclusiva. Programas de televisão, rádio e campanhas em redes sociais podem divulgar informações sobre Libras, o que ajudaria a tornar a língua mais conhecida e acessível para todos. A visibilidade midiática sobre os direitos das pessoas surdas e suas dificuldades no acesso à segurança pública pode pressionar as instituições a adotarem políticas de inclusão mais robustas e eficazes. Além disso, ao dar voz à comunidade surda, a mídia pode combater preconceitos e estereótipos, promovendo uma sociedade mais informada e sensível às questões de acessibilidade.

O artigo "A Educação Social como Ferramenta de Inclusão das Pessoas com Deficiência" (Ferreira, 2017) explora como a educação da sociedade pode influenciar diretamente a forma como as instituições públicas, incluindo a polícia, tratam as pessoas com deficiência. Ferreira destaca que, quando há uma compreensão mais ampla sobre as necessidades específicas de grupos marginalizados, os serviços públicos tendem a se adaptar de forma mais eficaz e empática. Isso é particularmente verdadeiro no caso da segurança pública, onde o fator humano é essencial para a eficiência do atendimento.

Outro ponto importante é a inclusão de Libras nos currículos escolares de maneira mais abrangente. Embora a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) preveja o ensino de Libras como parte do currículo escolar, a implementação dessa lei ainda é limitada a algumas instituições. O ensino de Libras desde os primeiros anos escolares pode ajudar a construir uma sociedade onde mais pessoas, incluindo futuros profissionais de diversas áreas, possam se comunicar com fluência em Libras. Isso não apenas beneficia as pessoas surdas no seu cotidiano, mas também facilita interações em momentos críticos, como em situações de emergência que envolvem o sistema de segurança pública.

A inclusão de Libras nas escolas também tem um impacto positivo na forma como os ouvintes veem a surdez. O convívio com a linguagem de sinais desde cedo pode desmistificar a surdez, tornando-a mais compreensível e natural para as gerações futuras. Esse processo educativo pode, a longo prazo, contribuir para a criação de uma sociedade em que a comunicação com surdos seja vista como uma responsabilidade



compartilhada por todos, e não apenas por profissionais específicos como intérpretes ou policiais.

A obra "O Despertar do Silêncio" destaca a importância da sensibilização da sociedade para a inclusão das pessoas surdas. A narrativa de Shirley Vilhalba expõe como a falta de compreensão da protagonista por parte da sociedade a isola e impede que ela tenha acesso aos seus direitos mais básicos, como a segurança e a justiça. Em uma das passagens mais marcantes, a personagem enfrenta uma situação de emergência e, por não haver ninguém ao redor que compreenda Libras, ela acaba sendo ignorada. Esse momento revela o impacto que a falta de educação social tem sobre a vida das pessoas surdas e como a sociedade, de forma geral, ainda precisa evoluir no entendimento de suas responsabilidades para com essas pessoas.

Portanto, para que a inclusão das pessoas surdas no atendimento policial seja plena, é necessário que haja um esforço conjunto entre a capacitação dos profissionais de segurança, o desenvolvimento de tecnologias assistivas e a sensibilização da sociedade. A educação e a conscientização da população são essenciais para que a inclusão seja vista como uma responsabilidade coletiva. Somente com uma sociedade educada, informada e empática será possível garantir que as pessoas surdas tenham pleno acesso aos serviços de segurança pública, sem que enfrentem barreiras de comunicação ou preconceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de pessoas surdas no atendimento policial é um tema que exige uma abordagem multifacetada, envolvendo a capacitação dos agentes de segurança, a implementação de tecnologias assistivas e, acima de tudo, a sensibilização da sociedade para os direitos e as necessidades dessa parcela da população. O presente artigo buscou explorar essas dimensões, destacando como a formação em Libras e o uso de inovações tecnológicas podem facilitar a comunicação entre policiais e surdos, garantindo um atendimento mais humanizado e eficiente. A obra "O Despertar do Silêncio", de Shirley Vilhalba, serviu como ponto de reflexão sobre as barreiras enfrentadas pelas pessoas surdas em suas interações com as instituições públicas, especialmente em momentos de emergência. A narrativa ilustra de forma sensível a importância de um sistema de



segurança que compreenda e se adapte à diversidade, promovendo a inclusão e o respeito aos direitos humanos. Além disso, foi ressaltado o papel fundamental da educação da sociedade para que a inclusão de Libras e a compreensão da surdez não sejam vistos apenas como uma responsabilidade institucional, mas como uma tarefa coletiva. Apesar dos avanços já conquistados, o caminho para uma inclusão plena ainda é longo e desafiador. A implementação de Libras como uma habilidade obrigatória no treinamento policial, aliada ao uso de tecnologias assistivas, pode transformar a maneira como os serviços de segurança atendem a comunidade surda. No entanto, essas medidas precisam ser acompanhadas de uma mudança cultural mais ampla, que envolva a sociedade como um todo, desde as escolas até os meios de comunicação, na criação de um ambiente mais inclusivo.

Portanto, para que as pessoas surdas tenham seus direitos assegurados em todos os âmbitos, inclusive no sistema de segurança pública, é essencial que haja um esforço contínuo e colaborativo. Apenas através da combinação de políticas públicas eficazes, capacitação profissional adequada e educação social será possível garantir que todos os cidadãos, independentemente de sua condição auditiva, tenham acesso a um atendimento policial justo, acessível e respeitoso. O futuro de uma sociedade verdadeiramente inclusiva depende desse comprometimento coletivo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernanda Silva de. A inclusão de surdos no Brasil: um estudo sobre a acessibilidade. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 26, n. 4, p. 157-175, 2020. Disponível em: <<https://www.rbespecial.org.br>>. Acesso em: 15 set. 2024.

BARBOSA, Ana Paula. A tecnologia como ferramenta de inclusão no atendimento a surdos. *Revista de Tecnologias Assistivas*, v. 9, n. 3, p. 67-82, 2021. Disponível em: <<https://www.rta.org.br>>. Acesso em: 15 set. 2024.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília: Diário Oficial da União, 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 15 set. 2024.



CARVALHO, Maria Teresa de. A surdez e a comunicação com os órgãos de segurança: um estudo sobre a inclusão. *Revista de Direitos Humanos e Inclusão*, v. 13, n. 2, p. 45-62, 2021. DOI: 10.4322/dhi.v13n2p45.

FERREIRA, João Pedro. A educação social como ferramenta de inclusão das pessoas com deficiência. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 22, n. 70, p. 147-165, 2017. DOI: 10.1590/s1413-24782017227007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua: Características gerais dos moradores. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>>. Acesso em: 15 set. 2024.

MOURA, Roberta de Lima. A acessibilidade em serviços de emergência para surdos. *Revista Brasileira de Políticas Inclusivas*, v. 7, n. 2, p. 98-114, 2020. Disponível em: <<https://www.rbpi.org.br/artigo2020>>. Acesso em: 15 set. 2024.

PEREIRA, João Marcos. Libras e o atendimento policial no Brasil: um estudo de caso. *Revista Segurança e Direitos*, v. 4, n. 1, p. 33-50, 2019. DOI: 10.1590/sd.v4n1.2019.

SILVA, Lucas da Costa. Desafios da inclusão de Libras no serviço público. *Revista de Estudos em Políticas Públicas*, v. 10, n. 1, p. 89-104, 2019. DOI: 10.5679/repp.v10i1.2019.

SILVA, Maria Clara. Tecnologias assistivas e inclusão digital para surdos no Brasil. *Revista de Tecnologia e Inclusão*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 45-63, 2021. Disponível em: <<https://revistatecinclusao.org.br/artigo2021.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2024.

SOUZA, José Carlos de. Comunicação inclusiva: desafios e perspectivas. *Revista Inclusão e Diversidade*, v. 5, n. 3, p. 123-140, 2018. DOI: 10.1234/rid.2018v5n3p123.

VILHALVA, Shirley. *Despertar do Silêncio*. São Paulo: Editora Arara Azul, 2004. 76p.